

Informações trimestrais

**Companhia Energética do Maranhão -
CEMAR**

**31 de março de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes**

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Informações Trimestrais

31 de março de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Informações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Edifício Iguatemi Center
Av. Washington Soares, 55, sala 508
Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará,
60811-341, Brasil
Tel: (5585) 3392-5600
Fax: (5585) 3392-5659
www.ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
São Luis - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 07 de maio de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-CE

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-MA

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Balances patrimoniais

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	233.851	204.702
Investimentos de curto prazo	5	442.837	526.986
Contas a receber de clientes	6	429.095	424.065
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	37.172	37.120
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	8.2	13.525	19.585
Estoques		9.263	10.314
Serviços pedidos		34.668	31.044
Depósitos judiciais	17	21.679	22.770
Recuperação de custos de energia e encargos		90.482	4.689
Outros créditos a receber		9.608	11.170
		<u>1.322.180</u>	<u>1.292.445</u>
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	80.827	81.192
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	32.276	34.828
Depósitos judiciais	17	9.015	9.015
Outros créditos a receber		7.552	6.738
Ativo financeiro da concessão	11	615.993	595.199
Investimentos		221	221
Intangível	12	1.611.393	1.595.930
		<u>2.357.277</u>	<u>2.323.123</u>
Total do ativo		<u>3.679.457</u>	<u>3.615.568</u>

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	259.809	181.620
Folha de pagamento e provisão de férias		9.917	9.229
Empréstimos e financiamentos	14	168.008	158.551
Debêntures	15	11.680	5.974
Taxas regulamentares a pagar		567	567
Impostos e contribuições a recolher	16.1	53.028	49.501
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	16.2	248	445
Dividendos		38.115	38.115
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	31.931	39.775
Taxa de iluminação pública		21.553	23.403
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética		20.457	16.473
Participação nos lucros de empregados	19	7.891	26.151
Outras contas a pagar		41.898	41.303
		<u>665.102</u>	<u>591.107</u>
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	14	1.195.872	1.232.717
Debêntures	15	298.513	294.085
Impostos e contribuições a recolher	16.1	33.498	34.310
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.605	27.635
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	38.486	31.963
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética		20.650	20.650
Outras contas a pagar			2.043
		<u>1.603.624</u>	<u>1.643.403</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18a	618.550	618.550
Reservas de capital	18b	674	674
Reservas de lucros	18c	761.834	761.834
Prejuízos acumulados		29.673	-
		<u>1.410.731</u>	<u>1.381.058</u>
Total do passivo e patrimonio líquido		<u>3.679.457</u>	<u>3.615.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita operacional líquida	20	490.121	488.954
Custo de energia elétrica e construção	21	(374.259)	(347.689)
Custo da energia elétrica, construção e operação		(324.336)	(299.244)
Energia elétrica comprada para revenda	22	(227.433)	(207.101)
Custo de construção		(85.468)	(80.938)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição		(11.435)	(11.205)
Custo da operação		(49.923)	(48.445)
Pessoal		(6.800)	(6.542)
Material		(73)	(2.334)
Serviços de terceiros		(17.301)	(18.231)
Depreciação e amortização		(23.938)	(18.263)
Arrendamentos e aluguéis		(336)	(457)
Outros		(1.475)	(2.618)
Lucro operacional bruto		115.862	141.265
		(71.236)	(93.051)
Despesas com vendas	21	(31.295)	(29.111)
Despesas administrativas	21	(22.903)	(23.803)
Despesa com pessoal de administradores		(2.808)	(2.887)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis		(2.772)	(13.888)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.973)	(3.898)
Amortização		(5.979)	(4.406)
Outras despesas operacionais, líquidas		(2.506)	(15.058)
Resultado do serviço		44.626	48.214
Resultado financeiro	23	(17.452)	(18.212)
Receitas financeiras		40.662	31.808
Despesas financeiras		(58.114)	(50.020)
Resultado operacional		27.174	30.002
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		27.174	30.002
Provisões de impostos sobre lucro		2.499	(11.618)
Contribuição social	9c	(8.531)	(727)
Imposto de renda	9c	(11.580)	(1.966)
Incentivos fiscais	9c	11.580	1.966
IRPJ e CSLL diferidos	9c	11.030	(10.891)
Lucro líquido do período		29.673	18.384
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		0,18073	0,11197
Quantidade de ações no final do período		164.184	164.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro líquido do período	<u>29.673</u>	<u>18.384</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>29.673</u>	<u>18.384</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	<u>0,1807</u>	<u>0,1120</u>
Quantidade de ações no final do período	<u>164.184</u>	<u>164.184</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Opções Outorgadas	Legal	Benefícios fiscais	Capital de Giro	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	618.550	674	45.552	-	561.419	169	-	1.226.364
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	18.384	18.384
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	(169)	-	(169)
Saldos em 31 de março de 2013	618.550	674	45.552	-	561.419	-	18.384	1.244.579
Saldo em 31 de dezembro de 2013	618.550	674	55.164	33.101	673.403	166	-	1.381.058
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	29.673	29.673
Saldos em 31 de março de 2014	618.550	674	55.164	33.101	673.403	166	29.673	1.410.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	29.673	18.384
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Amortização e depreciação	29.917	22.669
Despesas de juros	39.339	31.088
Atualização financeira do ativo financeiro	6.938	(6.210)
Perda na venda de intangível / Imobilizado	2.020	25.064
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	42.963	4.308
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	38.919	13.888
Rendimentos de aplicações financeiras	(12.309)	(5.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.030)	10.891
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.531	727
	<u>174.961</u>	<u>115.661</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Contas a receber de clientes	(43.584)	48.732
Estoques	1.051	610
Impostos e contribuições a recuperar	2.500	6.630
Impostos sobre o lucro a recuperar	(2.878)	(257)
Impostos e contribuições diferidos	(1)	-
Serviços pedidos e outros	(3.624)	(10.063)
Ativo financeiro da concessão	(4.997)	(107.289)
Recuperação de custos de energia e encargos	(85.793)	(65.077)
Outros créditos a receber	748	(3.986)
Depósitos judiciais	1.091	1.660
	<u>(135.487)</u>	<u>(129.040)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	78.189	22.157
Impostos e contribuições a recolher	2.715	(12.542)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(1.633)	1.421
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	688	(2.556)
Taxa de iluminação pública	(1.850)	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(44.284)	448
Taxas regulamentares	-	(3.149)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energetica	3.984	3.366
Participação nos lucros	(18.260)	(8.733)
Juros pagos	(19.561)	(27.751)
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.844	(4.167)
Outras contas a pagar	(1.448)	5.973
	<u>384</u>	<u>(25.533)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>39.858</u>	<u>(38.912)</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo intangível	(70.135)	13.591
Resgates/Aplicações financeiras	96.458	238.542
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<u>26.323</u>	<u>252.133</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.990	35.279
Amortização de empréstimos e financiamentos	(40.022)	(109.823)
Amortização de debêntures	-	(160.380)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(37.032)</u>	<u>(234.924)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>29.149</u>	<u>(21.703)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	204.702	59.086
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	233.851	37.383
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>29.149</u>	<u>(21.703)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	546.148	545.486
Outras despesas/receitas operacionais	(619)	1.379
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(2.772)	(3.898)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(1.888)	(16.437)
Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.973)	(13.888)
	<u>537.896</u>	<u>512.642</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(238.868)	(218.306)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(57.421)	(61.465)
Despesas comerciais e outras	(932)	(1.056)
	<u>(297.221)</u>	<u>(280.827)</u>
Valor adicionado (aplicado) bruto	<u>240.675</u>	<u>231.815</u>
Amortização	<u>(29.917)</u>	<u>(22.669)</u>
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>210.758</u>	<u>209.146</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	40.032	24.663
Atualização VNR	(6.938)	6.210
Outras	(10.124)	(22.108)
	<u>22.970</u>	<u>8.765</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>233.728</u>	<u>217.911</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	20.825	15.026
Benefícios	4.802	5.988
FGTS	1.712	1.269
Outros	(3.671)	56
	<u>23.668</u>	<u>22.339</u>
Tributos		
Federais	56.767	64.653
Estaduais	81.821	84.127
Municipais	407	308
	<u>138.995</u>	<u>149.088</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	40.422	26.976
Aluguéis	970	1.124
	<u>41.392</u>	<u>28.100</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do período	29.673	18.384
	<u>29.673</u>	<u>18.384</u>
Valor adicionado	<u>233.728</u>	<u>217.911</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Informações sobre a Companhia

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência em agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de nove meses findo em 31 de março de 2014 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, descritas na nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 07 de maio de 2014.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	21.072	17.931
Equivalentes de caixa	212.779	186.771
CDB	14.675	43.680
Debêntures compromissadas	198.104	143.091
Total	<u>233.851</u>	<u>204.702</u>

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 102,55% (102,3% em 31 de dezembro de 2013) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

5 Investimento de curto prazo

Modalidade	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundos de investimentos (a)	442.336	526.496
Outros	501	490
Total	<u>442.837</u>	<u>526.986</u>

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em títulos públicos federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, classificados como mantidos para negociação.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber de consumidores faturados	228.425	235.147
Contas a receber de consumidores não faturados	55.710	68.540
Parcelamentos	216.868	210.616
Baixa renda (a) e viva luz	35.529	30.069
Outras	40.682	30.697
Total	<u>577.214</u>	<u>575.069</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(67.292)	(69.812)
Total contas a receber clientes	<u>509.922</u>	<u>505.257</u>
Total circulante	<u>429.095</u>	<u>424.065</u>
Total não circulante	<u>80.827</u>	<u>81.192</u>

(a) Baixa Renda

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A Companhia apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010 os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes -- Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2013</u>	<u>Provisões Adições</u>	<u>Reversões (Baixas)</u>	<u>31/03/2014</u>
Contas a receber de consumidores faturados	43.716	10.320	(8.076)	45.960
Parcelamento	23.143	709	(5.473)	18.379
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica				
CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total Circulante	67.584	11.029	(13.549)	65.064
Cheques em cobrança	2.228	-	-	2.228
Total Não Circulante	2.228	-	-	2.228
Total	69.812	11.029	(13.549)	67.292

	<u>31/12/2012</u>	<u>Provisões Adições</u>	<u>Reversões (Baixas)</u>	<u>31/03/2013</u>
Contas a receber de consumidores faturados	35.979	7.563	(8.375)	35.167
Parcelamento	21.745	848	(1.008)	21.585
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica				
CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total Circulante	58.449	8.411	(9.383)	57.477
Cheques em cobrança	2.186	-	-	2.186
Total Não Circulante	2.186	-	-	2.186
Total	60.635	8.411	(9.383)	59.663

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes -- Continuação

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

	31/03/2014			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	55.271	51.842	12.277	119.390
Industrial	9.715	2.704	3.721	16.140
Comercial	30.234	10.975	4.283	45.492
Rural	3.640	2.401	2.193	8.234
Poder público	10.381	6.442	1.681	18.504
Iluminação pública	5.757	1.540	644	7.941
Serviço público	7.451	3.298	1.975	12.724
Fornecimento faturado	122.449	79.202	26.774	228.425

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes—Continuação

	31/12/2013			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	59.063	53.846	11.647	124.556
Industrial	10.169	2.759	3.749	16.677
Comercial	30.172	10.801	4.048	45.021
Rural	4.545	2.375	2.229	9.149
Poder público	10.519	5.273	1.986	17.778
Iluminação pública	6.889	792	436	8.117
Serviço público	7.588	3.902	2.359	13.849
Fornecimento faturado	128.945	79.748	26.454	235.147

7 Recuperação dos custos de energia e encargos

Desde o último trimestre de 2012 houve elevação dos custos na compra de energia no mercado de curto prazo, assim como energia produzida por geradores térmicos, ocasionada por diversos fatores, tais como: (i) condições hidrológicas; (ii) redução da oferta decorrente de algumas usinas que não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13; (iii) pelo elevado custo da energia térmica por conta do nível de despacho utilizado atualmente pelas usinas; e (iv) ao atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração.

A Lei 12.783/2013 disciplinou o uso dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que inclui a neutralização da exposição de distribuição no mercado de curto prazo e a cobertura do custo adicional dos despachos de usinas térmicas acionadas em razão de segurança energética, assim como criou novas fontes para o seu custeio, inclusive prevendo a possibilidade que sejam feitas operações de crédito para suprir fundos à CDE. Dessa forma, a Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos e receber caixa já existia em 31 de março de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já existiam diversos normativos e evidências dentre as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia em receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Recuperação dos custos de energia e encargos--Continuação

Adicionalmente, em 2/4/2014 foi publicado o Decreto 8221/2014, instituindo a criação da, denominada, "CONTA-ACR", e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas, futuramente, pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo "Energia comprada para revenda", ocorreu no mesmo trimestre, findo em 31 de março de 2014, em que os custos também foram incorridos e totalizou R\$95.963, composto por: (i) R\$5.481 relativos ao mês de janeiro de 2014, recebido diretamente dos fundos da CDE em 11 de março de 2014, (ii) R\$38.615 relativos ao mês de fevereiro de 2014, recebidos através da CONTA-ACR, em 29 de abril de 2014, e (ii) pelo valor estimado pela Companhia de R\$51.867 relativos ao mês de março de 2014 e que se espera seja recebido durante o mês de maio de 2014.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

8.1 Impostos e contribuições a recuperar

Circulante

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ICMS a recuperar CIAP	35.138	35.138
Outros	2.034	1.982
Total	<u>37.172</u>	<u>37.120</u>

Não circulante

ICMS a recuperar CIAP	31.694	34.246
Outros	582	582
Total	<u>32.276</u>	<u>34.828</u>

8.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Circulante

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF s/ aplicação financeira	7.944	5.797
Antecipação de IRPJ / CSLL	1.273	7.519
IRPJ/CSLL a Restituir	1.677	3.850
IRRF	2.631	2.419
	<u>13.525</u>	<u>19.585</u>

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/03/2014			31/12/2013		31/03/2013
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobrás	(a)	Empréstimo	-	365.645	-	-	372.179	7.072
		Dividendos	-	13.444	-	-	13.444	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de confissão de dívida	-	8.458	-	-	10.213	780
		Previdência Privada	-	-	674	-	-	616
Equatorial Energia	(c)	Contrato de compartilhamento	1.503	-	-	1.503	-	-
		Dividendos	-	24.340	-	-	25.506	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	421	-	-	2.575
Equatorial Soluções	(e)	Contrato de compartilhamento	397	709	-	368	855	-

- (a) Os valores com a Eletrobrás são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobrás são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas conforme nota 25.
- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Partes relacionadas--Continuação

- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") é proveniente do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024.
- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$14.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 11%

Benefícios 1%

Remuneração variável: 88%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	9	8	17
Remuneração Fixa Anual	135	823	958
Salário ou Pró-labore	135	788	923
Benefícios diretos e indiretos	-	35	35
Remuneração variável	-	6.370	6.370
Bônus	-	6.370	6.370
Benefícios pós emprego	-	20	20
Valor total da remuneração por órgão	135	7.213	7.348

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Partes relacionadas--Continuação

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/03/2014
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	543
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	13.254
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	27/04/2013	27/04/2015	90.000	97.168
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	28/06/2013	28/06/2015	150.000	159.345
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	18/12/2013	18/12/2015	40.000	40.891
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	121.006
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	244.005	333.111
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	37.801
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	125.213
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	28.626	100	04/10/2013	07/10/2025	14.313	14.542
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	6.741
International Finance Corporation – IFC *	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	41.981
Total	1.471.314				1.155.620	991.596

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos -- Continuação

a. *Composição dos créditos de impostos de renda e contribuição social correntes diferidos*

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ prejuízos fiscais	167.603	167.603
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	(171.826)	(195.238)
Total	<u>(4.223)</u>	<u>(27.635)</u>

b. *Expectativa de recuperação*

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de Realização	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Impostos Diferidos	8.320	28.791	42.595	37.490	27.971	22.436	167.603

A CEMAR realizou R\$3.893 mil de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, no trimestre findo em 31 de março de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	31/03/2014		31/03/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	27.174	27.174	30.002	30.002
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	6.794	2.446	7.501	2.700
Adições :				
Provisão para contingências	17.604	6.338	55.248	19.889
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	16.823	6.056	14.369	5.173
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência Energética P&D	10.277	3.700	1.712	616
Ativos e passivos regulatórios	28.080	10.109	26.912	9.688
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	4.395	1.582	1.515	545
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	-	-	1.677	604
Provisões	38.600	13.896	3.436	1.237
Outros	97	35	2.528	911
	115.876	41.715	107.397	38.663
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatórios	(63.635)	(22.909)	(43.664)	(15.717)
Reversões de provissão de crédito para liquidação Duvidosa	(17.459)	(6.283)	(15.159)	(5.457)
Reversões de contingências	(17.884)	(6.438)	(54.061)	(19.462)
Depreciação acelerada	(11.827)			
	(110.805)	(35.630)	(112.884)	(40.636)
IRPJ e CSLL	11.865	8.531	2.014	727
Incentivo PAT	-285	-	-48	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	11.580	8.531	1.966	727
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)	42,61%	31,39%	6,55%	2,42%
Ativo Fiscal Diferido	(4.980)	(6.050)	8.008	2.883
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(11.580)		(1.966)	-
Total	(4.980)	2.481	8.008	3.610
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	-18,32%	9,13%	26,69%	12,03%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. *Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social—* *Continuação*

- (a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

11 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>VNR (a)</u>	<u>Capitalização</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/03/2014</u>
Ativo financeiro	870.435	22.747	-	5.072	(12)	898.242
Obrigações especiais (b)	(275.236)	-	(6.938)	(75)	-	(282.249)
Ativo financeiro	595.199	22.747	(6.938)	4.997	(12)	615.993

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Ativo financeiro da concessão--*Continuação*

	<u>31/12/2012</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>VNR (a)</u>	<u>Capitalização</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo financeiro	744.746	(59.971)	9.138	185.039	(8.517)	870.435
Obrigações especiais (b)	<u>(120.042)</u>	-	<u>(31.564)</u>	<u>(125.245)</u>	1.615	<u>(275.236)</u>
Ativo financeiro	<u>624.704</u>	<u>(59.971)</u>	<u>(22.426)</u>	<u>59.794</u>	<u>(6.902)</u>	<u>595.199</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		31/03/2014			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,78%	3.550.258	(1.267.881)	(949.991)	1.332.386
Em curso		286.515	-	(7.508)	279.007
Total		3.836.773	(1.267.881)	(957.499)	1.611.393

		31/12/2013			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,78%	3.565.475	(1.228.122)	(856.046)	1.481.307
Em curso		220.444	-	(105.821)	114.623
Total		3.785.919	(1.228.122)	(961.867)	1.595.930

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Intangível--Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Capitalização (ii)</u>	<u>31/03/2014</u>
Em Serviço	3.565.475	(22.747)	-	(3.969)	11.498	3.550.257
(-) Amortização	(1.228.122)	-	(41.720)	1.961	-	(1.267.881)
Total em serviço	2.337.353	(22.747)	(41.720)	(2.008)	11.498	2.282.376
Em curso	220.444	-	82.612	-	(16.541)	286.515
Total	220.444	-	82.612	-	(16.541)	286.515
Obrigações especiais (i)	(1.157.827)	-	(7.433)	-	-	(1.165.260)
(-) Amortização	195.960	-	11.802	-	-	207.762
Total em obrigações especiais	(961.867)	-	4.369	-	-	(957.498)
	1.595.930	(22.747)	45.262	(2.008)	(5.043)	1.611.393

	<u>31/12/2012</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Capitalização (ii)</u>	<u>31/12/2013</u>
Em Serviço	3.212.788	59.971	-	(58.428)	351.144	3.565.475
(-) Amortização	(1.102.329)	-	(156.894)	31.101	-	(1.228.122)
Total em serviço	2.110.459	59.971	(156.894)	(27.327)	351.144	2.337.353
Em curso	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Total	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Obrigações especiais (i)	(1.184.059)	-	(111.988)	12.976	125.245	(1.157.826)
(-) Amortização	148.779	-	48.559	(1.379)	-	195.959
Total em obrigações especiais	(1.035.280)	-	(63.429)	11.597	125.245	(961.867)
Total	1.530.606	59.971	80.877	(15.730)	(59.794)	1.595.930

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Intangível--Continuação

- i. Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- ii. Capitalizações correspondem as transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

13 Fornecedores

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Suprimento e encargos de conexão		
Porto do PECEM Geração de Energia	-	1.500
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	86.800	25.146
Cota Angra	31.295	-
Furnas Elétricas	5.614	5.947
Companhia Energética de São Paulo – CESP	2.981	4.795
Companhia Paranaense de Energia – COPEL	1.147	1.955
Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE	4.948	4.072
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	1.373	4.263
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	-	1.040
Companhia Energética de Estreito	958	-
Tractebel Energia S.A	2.091	2.158
Foz do Chapeco Energia S.A	1.185	1.148
Santo Antonio Energia S.A	2.114	1.751
Duke	959	1.263
Transenergia Renovável	-	819
Petróleo Brasileiro SA - PETROBRAS	-	1.835
São João Energia	264	-
Outros	35.458	24.052
Materiais e Serviços	74.077	87.342
Encargos de uso da rede elétrica	8.300	12.289
Ressarcimento aos geradores - Energia Livre	245	245
Total	<u>259.809</u>	<u>181.620</u>

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos

	31/03/2014			Total
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	
		Principal e encargos	Principal e encargos	
MOEDA ESTRANGEIRA				
Tesouro nacional	4,22%	390	8.606	8.996
Total moeda estrangeira		390	8.606	8.996
MOEDA NACIONAL				
Eletrobras	8,90%	67.062	293.343	360.405
IFC	9,59%	21.684	20.778	42.462
BNB	8,50%	37.570	126.408	163.978
BNDES	6,92%	38.878	416.899	455.777
FINEP	4,00%	1.133	5.608	6.741
FINAME	4,50%	2.296	11.501	13.797
CAIXA	6,00%	-	14.542	14.542
IBM	8,90%	890	1.992	2.882
BB	8,93%	-	298.860	298.860
Subtotal		169.513	1.189.931	1.359.444
(-) Custo de Captação		(1.895)	(2.665)	(4.560)
TOTAL MOEDA NACIONAL		167.618	1.187.266	1.354.884
TOTAL GERAL		168.008	1.195.872	1.363.880

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos -- Continuação

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2013		Total
		Circulante	Não circulante	Principal e encargos
		Principal e encargos	Principal e encargos	
MOEDA ESTRANGEIRA				
Tesouro nacional	4,21%	304	8.864	9.168
Total moeda estrangeira		304	8.864	9.168
MOEDANACIONAL				
Eletróbrás	8,01%	66.841	302.444	369.285
IFC	8,83%	23.105	31.167	54.272
BNB	8,50%	37.617	135.552	173.169
BNDES	6,93%	29.151	433.697	462.848
FINEP	4,00%	1.134	5.888	7.022
FINAME	4,50%	2.299	12.069	14.368
Banco do Brasil S.A	8,09%	-	291.836	291.836
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	14.331	14.331
Subtotal		160.147	1.226.984	1.387.131
(-) Custo de captação		(1.900)	(3.131)	(5.031)
TOTAL MOEDA NACIONAL		158.247	1.223.853	1.382.100
TOTAL GERAL		158.551	1.232.717	1.391.268

Em 31 de março de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$1.363.880 (R\$1.391.268 em 31 de dezembro de 2013), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$168.008 de curto prazo e R\$1.195.872 de longo prazo (R\$158.551 de curto prazo e R\$1.232.717 de longo prazo em 31 de dezembro de 2013) a um custo médio de 8,70%, equivalente a 97,69% do CDI (8,24%, equivalente a 102,1% do CDI, em 31 de dezembro de 2013).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2014	
	Valor	%
Circulante	168.008	12%
2015	435.955	32%
2016	170.611	13%
2017	151.860	11%
2018	114.969	8%
Após 2018	325.142	24%
Total	1.198.537	88%
Custo de Captação Não Circulante	(2.665)	
Não Circulante	1.195.872	88%
Total	1.363.880	100%

Vencimento	31/12/2013	
	Valor	%
Circulante	158.551	11%
2014	-	0%
2015	490.584	35%
2016	167.772	12%
Após 2016	577.492	42%
Total	1.235.848	89%
Custo de Captação Não Circulante	(3.131)	
Não Circulante	1.232.717	89%
Total	1.391.268	100%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos--Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	158.247	1.223.853	304	8.864	1.391.268
Ingressos	-	2.990	-	-	2.990
Encargos	18.019	7.235	98	-	25.352
Variação monetária e cambial	-	3.652	(12)	(258)	3.382
Transferências	50.930	(50.930)	-	-	-
Amortizações de principal	(40.022)	-	-	-	(40.022)
Pagamentos de juros	(19.561)	-	-	-	(19.561)
Custo de captação	5	466	-	-	471
Saldos em 31 de março de 2014	167.618	1.187.266	390	8.606	1.363.880

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	248.143	902.293	467	7.926	1.158.829
Ingressos	-	483.943	-	-	483.943
Encargos	74.155	11.854	387	-	86.396
Variação monetária e cambial	-	8.806	39	1.126	9.971
Transferências	182.988	(182.988)	188	(188)	-
Amortizações de principal	(268.402)	(205)	(396)	-	(269.003)
Pagamentos de juros	(77.466)	-	(381)	-	(77.847)
Custo de Captação	(1.171)	150	-	-	(1.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	158.247	1.223.853	304	8.864	1.391.268

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Acompanhamento dos Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 31 de março de 2014, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059
Ingressos	-	-	-
Custo de Captação	(0)	73	73
Encargos	5.552	-	5.552
Variação monetária	154	4.355	4.509
Transferências entre curto e longo	-	-	-
Amortizações de principal	-	-	-
Pagamentos de juros	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	11.680	298.513	310.193

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812
Custo de Captação	-	295	295
Encargos	22.554	-	22.554
Variação monetária	91	10580	10.671
Amortizações de principal	(160.380)	-	(160.380)
Pagamentos de juros	(25.893)	-	(25.893)
Saldos em 31 de março de 2013	5.974	294.085	300.059

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Debêntures -- Continuação

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 31 de março de 2014, a taxa efetiva dessa operação é de 11,36% ao ano.

No encerramento do trimestre em 31 de março de 2014, as debêntures representam o montante de R\$310.193 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	11.975	4%	5.974	2%
Custo de captação circulante	(295)		-	
Total circulante	11.680	4%	5.974	2%
2016	33.793	11%	33.793	11%
Após 2016	266.270	86%	261.915	87%
Não circulante	300.063	97%	295.708	99%
Custo de captação - Não circulante	(1.550)	-1%	(1.623)	-1%
Total não circulante	298.513	96%	294.085	98%
Total	310.193	100%	300.059	100%

Covenants

As emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de março de 2014, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Impostos e contribuições a recolher

16.1 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ISS	1.276	948	2.352	894
Encargos sociais e outros	4.289	-	5.709	-
ICMS	25.807	-	26.493	-
PIS e COFINS	18.823	-	12.077	-
REFIS (a)	2.833	32.550	2.870	33.416
Total	53.028	33.498	49.501	34.310

(a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de setembro de 2011.

A referida dívida foi consolidada no montante de R\$40.619, deste total foi pago R\$9.952 restando um saldo de R\$30.667.

Em 30 de dezembro de 2013, a CEMAR aderiu à reabertura, instituída pela Lei nº 12.865/2013, do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. A consolidação de tais débitos ainda não foi concluída pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Os principais benefícios da adesão a reabertura do REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$1.757, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante incluído na reabertura do REFIS foi de R\$ 10.572, sendo que R\$3.893 foram compensados com prejuízos fiscais, e o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$4.922.

A referida dívida, no montante de R\$4.922 será quitada em até 180 parcelas, deste total foi pago R\$109 restando um saldo de R\$4.813.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Impostos e contribuições a recolher-- Continuação

16.2 Impostos e contribuições sobre o lucro

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Provisão de IRPJ/CSLL	-	-
IRRF	248	445
Total	248	445

17 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	<u>31/03/2014</u>			<u>31/12/2013</u>		
	<u>Valor das causas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão líquida</u>	<u>Valor das causas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão líquida</u>
Cíveis	38.753	(22.500)	16.253	37.744	(23.370)	14.374
Tributárias	494	(387)	107	489	(387)	102
Trabalhistas	21.733	(7.808)	13.925	24.291	(8.028)	16.263
Regulatórias	9.437	-	9.437	9.214	-	9.214
	70.417	(30.695)	39.722	71.738	(31.785)	39.953
Circulante	31.931	(21.679)	10.252	39.775	(22.770)	17.005
Não circulante	38.486	(9.015)	29.471	31.963	(9.015)	22.948
	70.417	(30.694)	39.723	71.738	(31.785)	39.953

17 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas -- Continuação

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Movimentação dos processos no período

	31/12/2013				31/03/2014	
	Saldo Final	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	37.772	3.904	(5.855)	(10)	2.971	38.782
Tributárias	489	2	-	-	2	493
Trabalhistas	24.263	396	(2.217)	(602)	(135)	21.705
Regulatórias	9.214	-	-	-	223	9.437
	71.738	4.302	(8.072)	(612)	3.061	70.417

	31/12/2012				31/12/2013	
	Saldo Final	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	34.635	27.084	(24.521)	(2.327)	2.901	37.772
Tributárias	145.045	-	-	(144.557)	1	489
Trabalhistas	34.034	3.086	(12.992)	(2.058)	2.193	24.263
Regulatórias	2.521	14.342	(5.449)	(2.512)	312	9.214
	216.235	44.512	(42.962)	(151.454)	5.407	71.738

- (1) Gastos efetivos com contingências judiciais.
 (2) Reversões realizadas no período.
 (3) Atualizações monetárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas --Continuação

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 676 (636 em 2013) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

No encerramento das informações financeiras intermediárias findas em 31 de março de 2014 contemplam provisão de R\$21.733 (R\$22.263 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$15.375 (R\$15.152 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 12.391 processos cíveis, sendo que 8.956 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das informações financeiras intermediárias findas em 31 de março de 2014 contemplam provisão de R\$38.754 (R\$37.772 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$57.804 (R\$57.765 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 109 processos tributários.

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de prestação de contas e indenizatórias ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga “Taxa de Iluminação Pública – TIP” cuja probabilidade de perda foi alterada de provável para possível em face da procedência, à unanimidade, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, as quais já transitaram julgado favoravelmente à Companhia. Assim, apenas remanesce litígio em relação ao recurso especial interposto pela CEMAR contra o acórdão do TJMA, no que tange à matéria referente ao valor dos honorários advocatícios fixados a favor do Município de São Luís, relativamente ao indeferimento da inclusão de litisconsortes na ação rescisória.

As informações financeiras intermediárias findas em 31 de março de 2014 contemplam provisão de R\$493, para as causas tributárias (R\$489 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$30.964 (R\$30.996 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e, reclamações trabalhistas. na esfera trabalhista.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$618.550 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas	Ações preferenciais nominativas	Total	%
		Classe A	Classe B		
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100,00%

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe "A" e 10% (dez por cento) para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

b. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Patrimônio líquido --Continuação

c. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2014, o saldo da reserva legal é de R\$55.164 (R\$55.164 em 31 de dezembro de 2013).

d. Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$33.101, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. Conforme descrito na nota 19a o saldo desta reserva será destinadas para aumento de capital.

e. Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 31 de março de 2014, o saldo desta reserva é de R\$673.403 (R\$673.403 em 31 de dezembro de 2013). Conforme descrito na nota 19a o valor de R\$ 47.010 serão destinadas para aumento de capital.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19. Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de março de 2014, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$7.891 (R\$26.151 em 31 de dezembro de 2013).

20. Receita operacional

Em 31 de março de 2014 e 2013, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/03/2014		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.912.447	662.831	234.443
Industrial	8.961	120.563	31.666
Comercial	139.703	273.803	107.139
Rural	59.318	38.723	9.347
Poder público	22.172	75.758	29.095
Iluminação pública	966	90.250	19.849
Serviço público	5.917	71.731	21.818
Consumo próprio	378	2.060	-
Suprimento CCEE	-	-	27.152
Baixa renda	-	-	45.144
Receita de construção	-	-	85.468
Outras	-	-	20.495
Total	2.149.862	1.335.719	631.616

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Receita operacional —Continuação

	31/03/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.844.377	607.543	244.085
Industrial	9.153	114.112	34.798
Comercial	130.336	248.706	102.818
Rural	59.748	37.733	10.278
Poder público	21.642	72.179	29.782
Iluminação pública	852	86.853	20.344
Serviço público	5.521	68.904	22.054
Consumo próprio	373	1.966	-
Suprimento CCEE	-	-	24.776
Baixa renda	-	-	49.165
Receita de construção	-	-	80.938
Outras	-	-	7.386
Total	2.072.002	1.237.996	626.424

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

21 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Fornecimento de energia elétrica	498.500	513.324
Receita Operacional	483.300	493.411
Remuneração financeira WACC	15.200	19.913
Suprimento de energia elétrica	27.152	24.776
Receita de construção (a)	85.468	80.938
Outras receitas	20.496	7.386
Receita operacional	631.616	626.424
ICMS sobre venda de energia elétrica	(81.821)	(84.128)
PIS e COFINS	(55.670)	(46.203)
Encargos do consumidor	(4.750)	(5.445)
ISS	(407)	(308)
Encargo de capacidade emergencial	1.153	(1.386)
Deduções à receita operacional	(140.495)	(137.470)
Receita operacional líquida	490.121	488.954

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte à composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	31/03/2014			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	6.800	5.407	8.653	20.860
Material	73	3.054	193	3.320
Serviços de terceiros	17.301	20.905	13.946	52.152
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	932	-	932
Energia elétrica comprada para revenda	227.433	-	-	227.433
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	11.435	-	-	11.435
Custo de construção	85.468	-	-	85.468
Depreciação e amortização	23.938	-	-	23.938
Arrendamento e aluguéis	336	568	66	970
Outros	1.475	429	45	1.949
Total	374.259	31.295	22.903	428.457

Custos/Despesas Operacionais	31/03/2013			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	6.542	4.668	8.241	19.451
Material	2.334	(689)	128	1.773
Serviços de terceiros	18.230	22.454	14.742	55.426
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	1.056	-	1.056
Energia elétrica comprada para revenda	207.101	-	-	207.101
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	11.205	-	-	11.205
Custo de construção	80.938	-	-	80.938
Depreciação e amortização	18.263	-	-	18.263
Arrendamento e aluguéis	457	571	95	1.123
Outros	2.619	1.051	597	4.267
Total	347.689	29.111	23.803	400.603

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh		R\$	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Energia de leilão	721	742	146.713	159.134
Contratos Eletronuclear	51	52	10.673	-
Energia bilateral	-	-	-	-
Contratos cotas de garantias	617	606	21.315	11.942
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/Energia Reserva	-	-	5.833	41.156
Energia de curto prazo - CCEE	178	120	143.205	71.599
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	29	28	6.573	6.100
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(13.710)	(17.753)
(-) Recuperação custo de energia-CDE	-	-	(93.169)	(65.077)
Total	1.596	1.548	227.433	207.101

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

No primeiro trimestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

- (i) Aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD, devido à redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional, e
- (ii) Aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin.

24 Resultado financeiro

	31/03/2014	31/03/2013
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	18.263	6.358
Acréscimo moratório de energia vendida	21.769	18.305
Variações monetárias ativa	630	482
Atualização do ativo financeiro – receita	-	6.663
Total de receitas financeiras	40.662	31.808
Despesas financeiras		
Juros dos empréstimos e financiamentos	(31.018)	(26.085)
Variações monetárias	(10.033)	(1.374)
Atualização do ativo financeiro – despesa	(6.938)	(453)
Multas/Descontos comerciais	(2.341)	(10.272)
Infrações operacionais	(979)	(1.302)
Outras despesas financeiras	(6.805)	(10.534)
Total de despesas financeiras	(58.114)	(50.020)
Resultado financeiro	(17.452)	(18.212)

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefícios de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de março de 2014, esse valor corresponde a R\$628 (R\$1.792 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$8.458 (R\$10.213 em 31 de dezembro de 2013) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Riscos Operacionais	01/01/2015	187.887
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2015	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	16.219
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	1.031
Automóvel	31/01/2015	(c)

(a) 32 apólices com vencimentos entre abril de 2014 a junho de 2016.

(b) 2 apólices com vencimento em setembro e dezembro de 2014.

(c) 105 veículos segurados.

A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A CEMAR não possui operações com derivativos até o momento. A Companhia entende que sua atividade fim não permite a utilização de derivativos com objetivos especulativos sendo possível, no entanto, sua utilização com a finalidade de evitar exposições a riscos, se necessário.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

Ativo	31/03/2014		31/12/2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	233.851	233.851	204.702	204.702
Investimentos de curto prazo	442.837	442.837	526.986	526.986
Contas a receber de clientes	509.922	509.922	505.257	505.257
Ativo financeiro de concessão	615.993	615.993	595.199	595.199
Depósito Judicial	30.694	30.694	31.785	31.785
Total Ativo	1.833.297	1.833.297	1.863.929	1.863.929

27 Instrumentos financeiros --Continuação

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Passivo	31/04/2014		31/12/2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	259.809	259.809	181.620	181.620
Empréstimos e financiamentos	1.363.880	1.363.880	1.391.268	1.391.268
Debêntures	310.193	310.193	300.059	304.541
Total Passivo	1.933.882	1.933.882	1.872.947	1.877.429

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** – são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 15 e 16.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.
- **Risco cambial** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,52% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de março de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
PASSIVOS FINANCEIROS						
STN	USD	270	(1.979)	(4.228)	2.519	4.768
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/03/2014	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,26	2,83	3,39	1,70	1,13

- **Risco de vencimento antecipado** - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 13 (Empréstimos e financiamentos) e 14 (Debêntures).
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
PASSIVOS FINANCEIROS						
STN	USD	270	(1.979)	(4.228)	2.519	4.768
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/3/2014	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Dólar USD/R\$		2,26	2,83	3,39	1,70	1,13
Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	17.239	21.549	25.858	12.929	8.619
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 1510/97	FINEL	(5)	(5)	(6)	(5)	(4)
ECF - 1639/97	FINEL	(48)	(53)	(59)	(42)	(37)
ECF - 1645/97	FINEL	(10)	(11)	(12)	(9)	(8)
ECF - 1907/99	FINEL	(6)	(7)	(8)	(6)	(5)
ECF - 1908/99	IGP-M	(34)	(40)	(46)	(28)	(22)
ECF - 1960 /99	FINEL	(3.603)	(4.206)	(4.810)	(2.999)	(2.395)
ECF - 2034/00	FINEL	(299)	(522)	(746)	(75)	148
AGROINDUSTRIAL I	CDI	(2.347)	(4.338)	(6.329)	(357)	1.634
AGROINDUSTRIAL II	CDI	(3.724)	(7.001)	(10.278)	(447)	2.831
AGROINDUSTRIAL III	CDI	(954)	(1.793)	(2.632)	(114)	725
BNDES Direto	TJLP	(2.383)	(3.863)	(5.344)	(903)	578
BNDES Direto II	TJLP	(5.320)	(9.416)	(13.511)	(1.225)	2.870
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 1º Série	CDI	(2.707)	(4.819)	(6.931)	(596)	1.516
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 2º Série	IPCA	(7.353)	(10.335)	(13.317)	(4.371)	(1.389)
IFC	CDI	(944)	(1.811)	(2.679)	(76)	792
IBM	CDI	(38)	(97)	(156)	21	80
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/3/2014	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% 12 meses)		8,90	11,13	13,35	6,68	4,45
TJLP (% 12 meses)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% 12 meses)		7,30	9,13	10,95	5,48	3,65
IPCA (% 12 meses)		6,15	7,69	9,23	4,61	3,08

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido	R\$ Mil		
	Cenários	Impacto no Resultado	Impacto no Lucro
Cenário Provável		-	-
Cenário II		18.546	18.546
Cenário III		37.092	37.092
Cenário IV		(18.546)	(18.546)
Cenário V		(37.092)	(37.092)

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.
- **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento** - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CEMAR justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

g. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

No exercício findo em 31 de março de 2014, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

28 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2014	2015	2016	Após 2016
Energia Contratada	2014 a 2032	751.086	804.243	1.003.213	21.304.117

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

30 Eventos subsequentes

Aprovação do aumento de capital

Em 25 de abril de 2014 foi aprovado aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$80.111, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$33.101 e de parte do saldo da reserva destinada para reforço de capital de giro no valor de R\$47.010. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

Fixação do valor do recurso da Conta – ACR

Em 05 de maio de 2014, a ANEEL emitiu o DESPACHO Nº 1.378 fixando os valores dos recursos da Conta Centralizadora – CONTA-ACR a serem repassados às concessionárias de distribuição de energia elétrica, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, até 12 de maio de 2014, nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo, nos termos da Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014. O valor fixado para a Companhia referente à competência de março de 2014 foi de R\$ 50.834.

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Ana Marta Horta Veloso

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Sayão da Silva

José Carlos Muniz de Brito Filho

José Tavares Bezerra Junior

Lídce Almeida Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Eduardo Martins e Silva

Denise da Cunha D'Angelo Palácio Requejo

Felipe Sousa Bittencourt

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Sérgio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Renan Bodra Machado
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-S-MA

São Luís, 07 de maio de 2014 - A Companhia Energética do Maranhão S/A (CEMAR), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Maranhão, anuncia hoje os seus resultados do primeiro trimestre de 2014 (1T14). As informações não financeiras da CEMAR, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

DEMANDA DE ENERGIA DA CEMAR CRESCE 7,9%. EBITDA REGULATÓRIO TRIMESTRAL ATINGE R\$ 119 MILHÕES.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ O volume de energia faturada no trimestre cresceu 7,9% em relação ao mesmo período em 2013, atingindo 1.334 GWh.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) aumentou 0,2% no 1T14, refletindo os efeitos da Revisão Tarifária de agosto de 2013.
- ▶ O EBITDA Regulatório alcançou R\$119 milhões no 1T14, redução de 10,1% em relação ao valor do mesmo trimestre do ano anterior, principalmente em virtude da Revisão Tarifária ocorrida em agosto de 2013. Já o EBITDA Societário atingiu R\$ 76 milhões, queda de 12,5% no trimestre.
- ▶ O Lucro Líquido Regulatório atingiu R\$82 milhões no 1T14, aumento de 42,4% se comparado ao valor do 1T13. Já o Lucro Líquido Societário atingiu R\$ 30 milhões, crescimento de 61,4% no período.
- ▶ Os investimentos da CEMAR (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$63 milhões no 1T14, 19,0% inferior aos investimentos realizados no 1T13.
- ▶ No 1T14, os índices de DEC e FEC da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 16,1 horas e 10,5 vezes respectivamente, melhoras de 24,9% e 6,5%, quando comparados aos índices observados ao final do 1T13.
- ▶ As perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no 1T14 representaram 18,4% da energia requerida, queda de 0,8 p.p. em relação aos 19,2% verificados no 4T13.
- ▶ Em abril de 2014, a ANEEL aprovou a quota de Conta-ACR para a CEMAR referente à competência de fevereiro e março de 2014, totalizando um valor de R\$90 milhões (para mais detalhes, vide seção de Eventos Subsequentes).

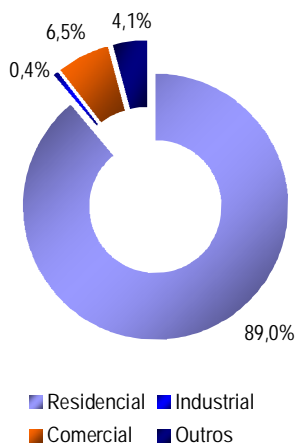
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	1T13	4T13	1T14	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	489	536	490	0,2%
EBITDA Societário	87	113	76	-12,5%
Margem EBITDA (% ROL)	17,9%	21,0%	15,6%	-2,3 p.p.
EBITDA Societário (últ. 12 meses)	490	494	483	-1,5%
EBITDA Regulatório	133	107	119	-10,1%
EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	534	560	546	2,3%
Resultado Operacional	30	43	27	-9,4%
Margem Operacional (% ROL)	6,1%	7,9%	5,5%	-0,6 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	18	37	30	61,4%
Margem Líquida (% ROL)	3,8%	7,0%	6,1%	2,3 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	0,11	0,23	0,18	61,4%
Investimentos CEMAR (Ex. PLPT)	78	102	63	-19,0%
Investimentos Diretos PLPT	5	11	16	193,1%
Dívida Líquida	1.083	870	857	-20,9%
Dívida Líquida / EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	2 x	1,6 x	1,6 x	-0,5 x

DADOS OPERACIONAIS	1T13	4T13	1T14	Var.
Energia Vendida (MWh sem cons. próprio)	1.236.031	1.440.335	1.333.659	7,9%
Nº de Consumidores	2.072.002	2.125.960	2.149.862	3,8%
Nº de Colaboradores	1.172	1.167	1.154	-1,5%

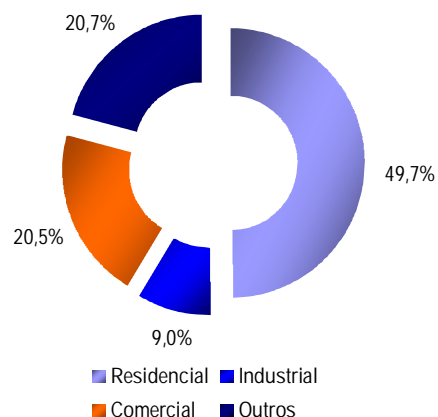
2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MARANHÃO

2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 1T14



Energia Vendida (% por Classe) – 1T14



No 1T14, as vendas de energia cresceram 7,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.334 GWh. O crescimento observado no trimestre é resultado basicamente do crescimento da base de clientes, que se expandiu 3,8%, do combate às perdas, e aumento do consumo per capita, reflexo de investimentos que vem sendo feitos no Maranhão.

CLASSE DE CONSUMO * (MWh)	1T13	4T13	1T14	Var.
Residencial	607.543	690.103	662.831	9,1%
Industrial	114.112	142.688	120.563	5,7%
Comercial	248.706	287.226	273.803	10,1%
Outros	265.669	320.317	276.462	4,1%
TOTAL	1.236.031	1.440.335	1.333.659	7,9%

(*) Não inclui consumo próprio e vendas à CEPISA

No 1T14, a carga da CEMAR apresentou crescimento de 3,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto a carga nacional subiu 8,3% e a nordestina aumentou 4,0%.

GWh	1T13	4T13	1T14	Var.
Carga Brasil (*)	132.435	135.503	143.388	8,3%
Carga Nordeste (*)	20.225	21.007	21.029	4,0%
Carga CEMAR	1.527	1.745	1.583	3,7%

(*) Dados referente ao Sistema Interligado Nacional
Fonte: ONS e CEMAR

2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR alcançou 1.583 GWh no 1T14, apresentando crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 7,9% em relação ao 1T13, resultando em queda de 14,3% no volume de perdas.

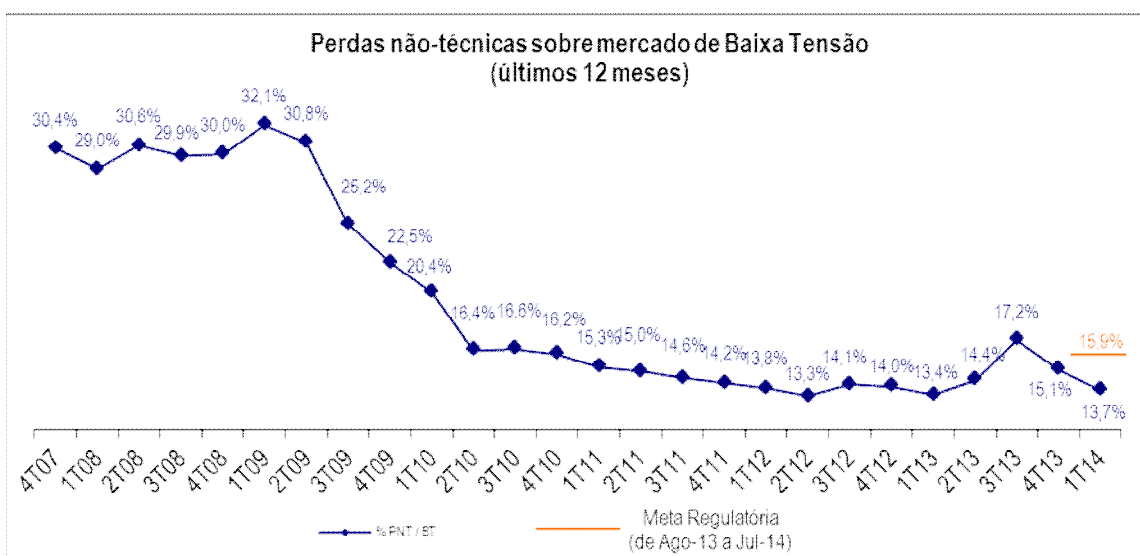
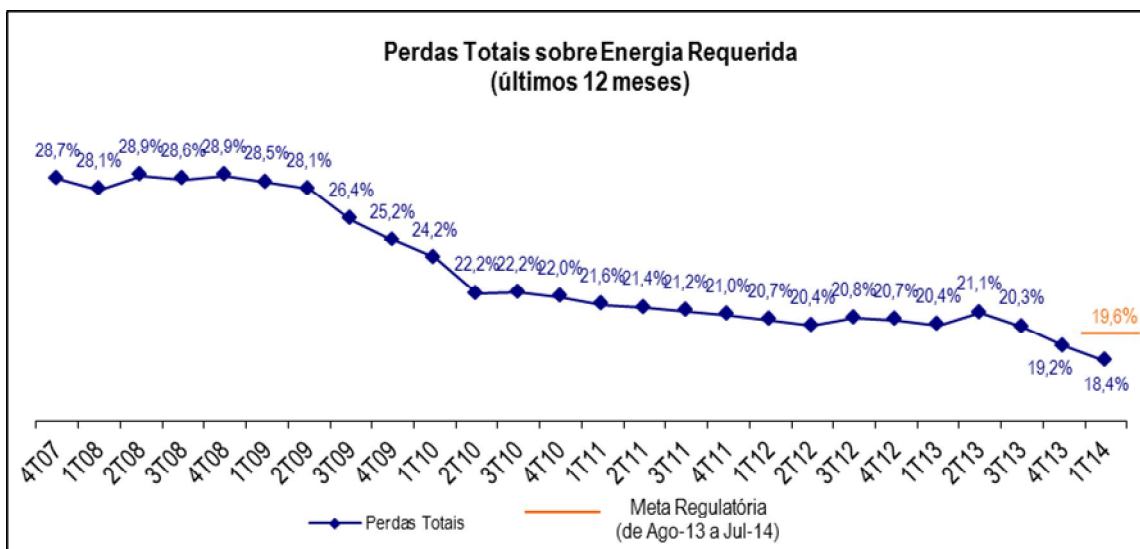
Bal. Energético (MWh)	1T13	4T13	1T14	Var.
Energia Requerida	1.526.616	1.745.389	1.583.119	3,7%
Energia Vendida (*)	1.237.996	1.442.845	1.335.720	7,9%
Perdas	288.619	302.544	247.399	-14,3%

(*) Inclui venda às classes, consumo próprio e vendas à CEPISA

2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Com o início da implementação da nova fase do Plano de Combate às Perdas da Companhia, as perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 1T14 representaram 18,4% da energia requerida, queda de 0,8 ponto percentual em relação ao indicador apresentado ao final do último trimestre, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão atingiram 13,7%, queda de 1,4 pontos percentuais em relação ao 1T14.

O nível de perdas de energia da Companhia continua a apresentar tendência de queda em função do aprimoramento dos sistemas para seleção de alvos para recuperação e intensificação das ações de combate realizadas, na medida em que se atinge melhor índice de acerto e retorno nas inspeções feitas.

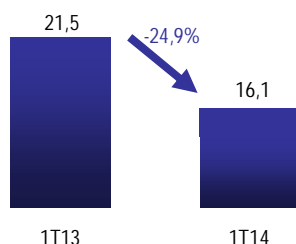


2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

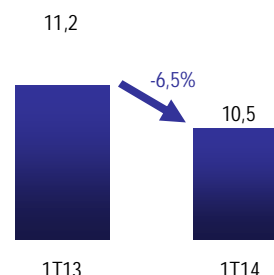
O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 1T14, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 16,1 horas, que comparado às 21,5 horas do final do 1T13, representou redução de 24,9%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 1T14, foi de 10,5 vezes, redução de 6,5% em relação ao fechamento do 1T13. A contínua redução nos indicadores é fruto da melhoria nos processos internos e investimentos feitos pela Companhia nos últimos anos.

DEC (horas): Últ. 12 meses



FEC (vezes): Últ. 12 meses



2.5. RECEITA BRUTA MÉDIA

RECEITA BRUTA MÉDIA - R\$/MWh (*)	1T13	4T13	1T14	Var.
Residencial	401,8	373,6	353,7	-12,0%
Industrial	304,9	258,9	262,6	-13,9%
Comercial	413,4	397,9	391,3	-5,3%
Outros	310,4	294,8	289,8	-6,6%
Total	375,5	349,5	339,9	-9,5%

(*) Incluindo ICMS/PIS/COFINS

A Receita Bruta Média da CEMAR do 1T14 apresentou redução de 9,5% na comparação com o 1T13, somando R\$339,9 por MWh, principalmente em função da Revisão Tarifária ocorrida em Agosto de 2013 e, parcialmente, da MP 579. A tarifa corrente permanece vigente por 12 meses, até o final de agosto de 2014.

2.6. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 1T14, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$130,1 por MWh, representando aumento de 15,0% em relação ao 1T13. O aumento no custo médio é explicado por: (i) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, em agosto de 2013, e (ii) despacho das usinas térmicas. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA	1T13	4T13	1T14	Var.
Energia Comprada* (R\$MM)	161,6	168,8	181,2	12,1%
MWh Contratado	1.427.768	1.696.616	1.392.529	-2,5%
R\$/MWh	113,2	99,5	130,1	15,0%

* Líquida de PIS/COFINS

2.7. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 1T14, a posição de energia contratada da CEMAR para o período de 2014 a 2017 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-1, realizado em dezembro de 2013 e A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2014	2015	2016	2017
TOTAL - MWh	6.209.538	5.639.114	6.150.572	6.433.190

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. RECEITA OPERACIONAL

No 1T14, a Receita Bruta de venda de energia reduziu-se em 2,3%, influenciada principalmente pelos efeitos da Revisão Tarifária ocorrida em Agosto de 2013. Já a Receita Líquida atingiu R\$490 milhões (R\$405 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), um aumento de 0,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. No 1T14 foram reconhecidos R\$85 milhões, ao passo que no 1T13 foram reconhecidos R\$81 milhões.

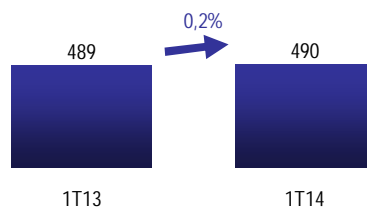
Novamente, no 1T14 tivemos o reconhecimento de R\$2 milhões (R\$13 milhões foram reconhecidos no 4T13) com venda do padrão de medição impactando as Outras Receitas Operacionais.

ANÁLISE DA RECEITA	1T13	4T13	1T14	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.236.031	1.440.335	1.333.659	7,9%
No. de Clientes**	2.072.002	2.125.960	2.149.862	3,8%
KWh por Cliente (no período)	597	677	620	4,0%
Receita Bruta de Fornecimento de Energia (R\$ MM)	464	503	453	-2,3%
Residencial	244	258	234	-4,0%
Industrial	35	37	32	-9,0%
Comercial	103	114	107	4,2%
Outras Classes	82	94	80	-2,9%
Suprimento (R\$ MM)	25	7	27	9,6%
Outras Receitas (R\$ MM)	57	71	66	16,1%
Subvenção Baixa Renda	49	47	45	-8,2%
Subvenção Irrigantes	-	3	10	N/A
Uso da Rede	1	1	1	N/A
Outras Receitas Operacionais	7	20	9	37,0%
Receita de Construção	81	105	85	5,6%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(137)	(151)	(141)	2,9%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	489	536	490	0,2%

* Exclui Consumo Próprio e Fornecimento à CEPISA

** Exclui unidades consumidoras próprias

Receita Líquida - trimestral (R\$MM)



3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 1T14, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$416 milhões (R\$331 milhões, desconsiderando os Custos de Construção), equivalentes a 84,8% da receita líquida, queda de 0,7 p.p. em relação ao percentual verificado no 1T13, de 85,5%.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

No 1T14, o total de custos e despesas gerenciáveis, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo a PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), as provisões para contingências, e outros custos não operacionais, atingiu R\$83 milhões, redução de 1,1% quando comparado ao apresentado no 1T13.

Neste trimestre, as despesas com pessoal totalizaram R\$24 milhões, aumento de 5,9% em relação ao observado no 1T13. Este aumento é principalmente decorrente de aumento de salários e benefícios associados, decorrentes da negociação coletiva de 5,58% em novembro de 2013.

As despesas com materiais totalizaram R\$3 milhões no 1T14, ante R\$2 milhões apresentados no 1T13, aumento de R\$1 milhão.

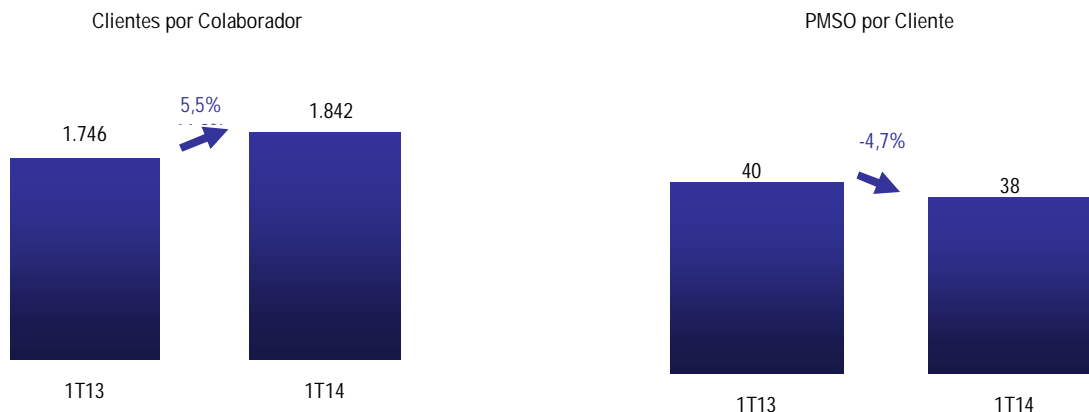
Os gastos com serviços de terceiros no 1T14 apresentaram queda de 5,9% em relação aos valores verificados no 1T13, encerrando o trimestre em R\$52 milhões. Dentre suas principais contas, destacamos: (i) custo de atendimento, redução de R\$1,7 milhão na comparação trimestral e (ii) despesas de cobrança, redução de R\$1,4 milhão na comparação trimestral.

Cabe destacar que, a exemplo do que houve no trimestre passado, neste 1T14 houve o reconhecimento de despesas com venda de Padrão de Medição (estrutura que acondiciona os medidos de energia) neste trimestre, impactando a linha de Material (R\$1,6 milhão a maior) e Serviço de Terceiros (R\$ 0,2 milhão a maior).

R\$ MM	1T13	4T13	1T14	Var.
Pessoal	22	31	24	5,9%
Material	2	10	3	87,2%
Serviço de Terceiros	55	59	52	-5,9%
Outros	4	7	4	-11,8%
PMSO	84	106	83	-1,0%
Provisões	18	11	6	-67,7%
PDD e Perdas	14	5	3	-80,0%
% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)	2,5%	0,8%	0,5%	-2 p.p.
Provisões para Contingências	4	6	3	-23,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	16	9	2	-88,5%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	118	127	90	-23,3%
% Receita Líquida (s/ Receita de Construção)	28,9%	29,5%	22,3%	-6,5 p.p.
Energia Comprada e Transporte	272	196	321	17,8%
Recuperação de Despesa CDE	(65)	(7)	(93)	43,2%
Encargos Uso Rede e Conexão	11	11	11	2,0%
Custo de Construção	81	105	85	5,6%
Outros Custos	1	1	1	N/A
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	300	305	325	8,3%
% Receita Líquida (s/ Receita de Construção)	73,6%	70,9%	80,4%	6,7 p.p.
TOTAL	418	432	416	-0,6%

No 1T14, o nível de PDD e Perdas registrado foi de R\$3 milhões, ou 0,5% da Receita Operacional Bruta (ROB), patamar 2,0 p.p. inferior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior em função de renegociações de débitos antigos que impactaram positivamente em aproximadamente R\$5 milhões no trimestre.

A CEMAR atingiu a marca de 1.842 clientes por colaborador no 1T14, melhorando 5,5% em relação ao valor apresentado no mesmo período do ano anterior, de 1.746 clientes por colaborador. Quanto à relação PMSO por cliente, houve queda de 4,7%, representando custo de R\$38 por cliente no trimestre.



Custos e Despesas Operacionais Não Gerenciáveis

No 1T14, a Companhia registrou um total de R\$325 milhões (R\$240 milhões, desconsiderando os custos de construção) de custos e despesas operacionais não gerenciáveis, um aumento de 8,3% em relação ao 1T13 (aumento de 9,3% se desconsiderarmos o custo de construção).

É importante destacar que os custos de compra e transporte de energia, e encargos setoriais fazem parte de Parcela A da tarifa de energia, e, portanto, variação nos mesmos decorrentes de variação de preços deve ser repassada à Companhia através do índice de reajuste tarifário anual (IRT), não devendo representar uma perda econômica para a mesma.

Em abril de 2014, a ANEEL através do Despacho nº 1.256, fixou a quota de R\$38,6 milhões para a Companhia referente apenas à competência de fevereiro de 2014, através da recém-criada Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR), para cobertura total ou parcial das despesas incorridas pelas distribuidoras em função de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas no ambiente regulado (CCEAR).

3.3. EBITDA

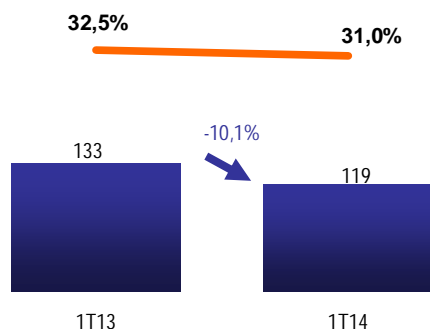
No 1T14, o EBITDA Societário atingiu R\$76 milhões, ante R\$87 milhões positivos registrados no mesmo trimestre do ano anterior, uma queda de 12,5%. Tal resultado é impactado: 1) pela revisão tarifária ocorrida em agosto/2013 e 2) pelo aumento no custo de compra de energia decorrente do despacho de térmicas e despesa com compra de energia no mercado de curto prazo (CCEE) para cobrir a exposição involuntária da Companhia, mesmo apesar de R\$91 milhões estarem sendo reconhecidos neste trimestre, no resultado societário, a título de repasse de CDE.

Considerando a formação ou amortização de Ativos e Passivos Regulatórios, chegamos ao EBITDA Regulatório de R\$119 milhões no 1T14, queda de 10,1% em relação ao 1T13, em virtude do impacto da Revisão Tarifária mencionado acima.

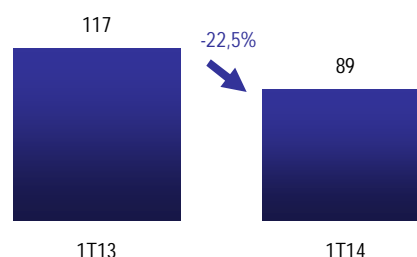
EBITDA (R\$ milhões)	1T13	4T13	1T14	Var.
Resultado do Serviço	48	74	45	-7,4%
Depreciação e Amortização	23	29	30	32,0%
EBITDA Societário (CVM)*	71	104	75	5,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	16	9	2	-88,5%
EBITDA Societário	87	113	76	-12,5%
Ativos / Passivos Regulatórios Líquidos	45	(5)	43	N/A
EBITDA Regulatório	133	107	119	-10,1%

* Calculado em conformidade com a Instrução CVM 527/12

EBITDA Regulatório (R\$MM) e Margem EBITDA: Trimestral



EBITDA Regulatório (R\$) por MWh: Trimestral



3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 1T14, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$17 milhões, ante R\$18 milhões negativos no 1T13.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

R\$ MM	1T13	4T13	1T14	Var.
Rendas s/ aplicações financeiras	6	16	18	184,9%
Multa e mora s/ energia vendida	18	14	22	18,9%
Outras receitas financeiras	1	4	1	-280,3%
VNR receita	7	-	-	N/A
Receita Financeira Total	32	34	41	27,8%
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(26)	(30)	(31)	-18,9%
Variações Monetárias e Cambiais	(1)	(15)	(10)	-630,4%
Outras despesas financeiras	(22)	(12)	(10)	54,2%
VNR despesa	(0)	(9)	(7)	N/A
Despesa Financeira Total	(50)	(66)	(58)	-16,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(18)	(32)	(17)	4,2%

3.5. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício da ampliação da capacidade instalada, obtido junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em dezembro/2005, e que em 2007 foi ampliado pelo benefício de modernização de toda a capacidade instalada, válida até 2021; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

Composição da Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

IRPJ / CSLL (R\$MM)	1T13	4T13	1T14
LAIR (1)	30	43	27
Despesa IRPJ / CSLL	(12)	(5)	2
(-) Ativo Fiscal Diferido	11	(0)	(11)
= Imposto Calculado	(1)	(5)	(9)
(+) Créditos Fiscais	1	-	3
= Imposto Caixa (2)	-	(5)	(6)
Taxa Efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	0,0%	12,4%	20,3%

No 1T14, os impostos calculados de IRPJ e CSLL foram de R\$9 milhões e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e créditos fiscais no valor de R\$3 milhões, tivemos uma saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos de R\$6 milhões.

3.6. LUCRO LÍQUIDO

No 1T14, a CEMAR apresentou lucro líquido de R\$30 milhões, versus lucro líquido de R\$18 milhões no 1T13, aumento de 61,4%.

Se fizermos o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios líquidos no trimestre, de acordo com a contabilidade regulatória, chegaríamos ao Lucro Líquido Regulatório de R\$82 milhões, valor 42,4% superior ao valor reconhecido no mesmo trimestre do ano anterior, de R\$58 milhões.

LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões)	1T13	4T13	1T14	Var.
LUCRO LÍQUIDO	18	37	30	61,4%
Ativos / Passivos Regulatórios Líquidos	45	(3)	45	0,0%
VNR	(6)	9	7	-211,7%
LUCRO LÍQUIDO Regulatório	58	43	82	42,4%

4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Com a adaptação das regras contábeis brasileiras ao IFRS, os ativos e passivos regulatórios do setor deixaram de ser registrados nos balanços da Companhia. Entretanto, tais valores continuam sendo considerados pela ANEEL quando do cálculo dos Componentes Financeiros a cada Reajuste Anual ou Revisão Periódica.

Abaixo, abrimos os componentes dos Ativos e Passivos Regulatórios por trimestre na CEMAR desde o 1T13.

Ativos Regulatórios	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Saldo Inicial					
Constituição CVAs	37.032	80.775	40.266	51.441	17.659
CCC	860	884	-	-	-
CDE	-	-	-	-	229
Proinfa	1.519	6.928	-	158	640
ESS	16.936	16.494	-	-	1.204
Rede Básica	-	-	945	1.489	1.863
Compra	17.717	56.470	39.321	49.793	13.723
Amortização CVAs	2.223	843	27.529	19.121	11.062
CCC	-	-	716	496	286
CDE	329	125	-	-	-
Proinfa	1.046	397	2.487	1.739	1.023
ESS	741	281	2.790	1.886	1.019
Rede Básica	105	40	-	-	-
Compra	1	0	21.536	15.000	8.735
Déficit do PLPT	7.707	2.901	-	-	-
Outros Ativos Regulatórios	13.469	9.127	26.713	19.171	98.646
Outros	5.423	6.156	4.383	3.521	11.255
Eletronuclear	-	-	10.601	7.430	4.444
MCPSE	-	-	11.309	7.926	4.740
Amort. MCSD	1.837	691	-	-	-
Amort. Sobrecontratação	5.113	1.924	-	-	78.031
Irrigante	1.097	355	420	294	176
Saldo Final	60.431	93.646	94.508	89.733	127.367

Passivos Regulatórios	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Saldo Inicial					
Constituição CVAs	(4.399)	(4.046)	(3.011)	(2.285)	-
Rede Básica	(4.148)	(3.626)	-	-	-
ESS	-	-	(3.011)	(2.285)	-
CDE	(251)	(420)	-	-	-
Amortização CVAs	(2.578)	(1.997)	(3.511)	(2.464)	(1.460)
Rede Básica	-	-	(2.993)	(2.091)	(1.228)
Compra de Energia	(919)	(349)	-	-	-
CCC	(40)	(15)	-	-	-
CDE	-	-	(262)	(186)	(113)
ESS	-	-	(106)	(77)	(49)
Proinfa	(0)	(0)	(150)	(109)	(70)
RTE	(1.619)	(1.633)	-	-	-
Previsão Baixa Renda	(9.748)	(3.669)	-	-	-
Neutralidade Parc. A	(3.676)	(1.383)	(6.320)	(4.430)	(2.649)
Outros Passivos Reg.	(4.610)	(4.770)	(18.928)	(21.170)	(18.479)
Outros	-	-	(2.898)	(1.924)	(1.151)
Exposição Financeira	(4.592)	(4.392)	-	(8.011)	(10.609)
Conexão	(1)	(0)	(1)	(1)	(0)
Exposição Involuntária	-	-	(16.027)	(11.233)	(6.718)
Desc. TUSD / Guseiros	(16)	(45)	(2)	(1)	(1)
Irrigante	-	(333)	-	-	-
Saldo Final	(25.010)	(15.865)	(31.771)	(30.348)	(22.589)

A seguir, demonstramos o Ativo Regulatório Líquido, acrescido das Subvenções a receber Baixa Renda e Viva Luz¹ (estes últimos ainda contabilizados no Ativo da Companhia).

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Ativos Regulatórios	60.431	93.646	94.508	89.733	127.367
Passivos Regulatórios	(25.010)	(15.865)	(31.771)	(30.348)	(22.589)
Ativo Regulatório Líquido	35.422	77.781	62.737	59.385	104.779
Ativo Baixa Renda + Viva Luz	33.696	38.135	35.786	30.069	35.529
Total	69.117	115.916	98.523	89.454	140.308

¹ Viva Luz é um programa lançado em 2009 pelo governo do Estado do Maranhão cujo como objetivo é beneficiar os consumidores residenciais que apresentem consumo mensal inferior a 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de energia, via repasse do governo à CEMAR.

5. ENDIVIDAMENTO

No 1T14, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$1.674 milhões, 1,0% inferior ao endividamento registrado ao final do 4T13, de R\$1.691 milhões.

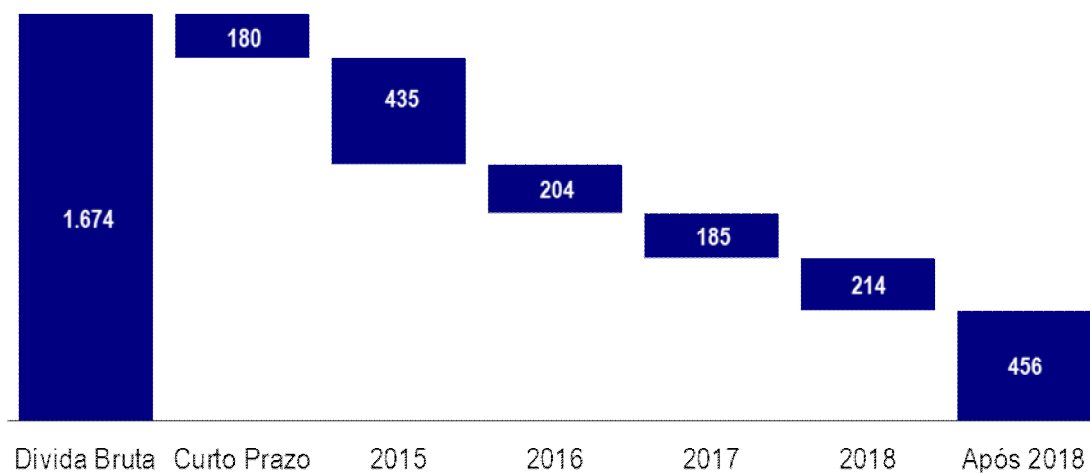
5.1. PERFIL DA DÍVIDA

Situação da Dívida Bruta

Vencimento	1T14	%	Indexador	1T14	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	180	10,7%	Pré Fixado (US\$)	5	6,1%	nov/23	9,8	0,3%
Longo Prazo	1.494	89,3%	Libor	4	1,4%	abr/24	10,3	0,2%
2015	435	26,0%	Moeda Estrangeira	9	4,2%		10,0	0,5%
2016	204	12,2%	TJLP	355	7,6%	out/19	5,1	21,2%
2017	185	11,1%	CDI	445	9,2%	mar/16	2,1	26,6%
2018	214	12,8%	IPCA	208	12,1%	jun/20	6,4	12,4%
Após 2018	456	27,3%	Pré fixado (R\$)	297	6,8%	jan/21	6,7	17,7%
TOTAL	1.674	100,0%	RGR	176	6,4%	set/19	5,6	10,5%
			IGP-M	168	11,3%	dez/23	10,0	10,0%
			FINEL(*)	17	11,2%	dez/15	1,9	1,0%
			Moeda Nacional	1.665	8,7%		5,3	99,5%
TOTAL	1.674	8,7%	TOTAL	1.674	8,7%		5,3	100,0%

(*) Índice que representa 20% do IGP-M

Cronograma de Vencimento da Dívida Bruta

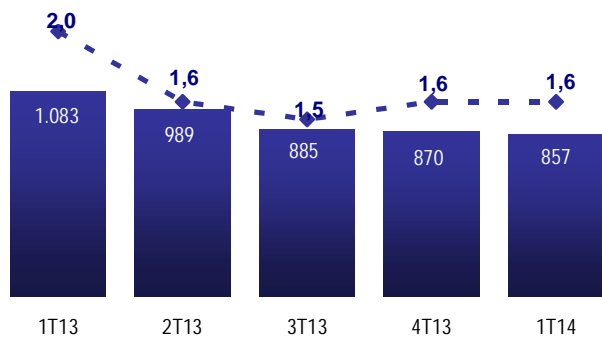


As dívidas da CEMAR têm, na nossa visão, um perfil confortável de vencimentos. 10,7% vencem nos próximos 12 meses (o que representa R\$180 milhões, volume inferior às disponibilidades da Companhia) e 89,3% vencendo a partir de 2015. O custo médio da dívida é de 8,7% ao ano.

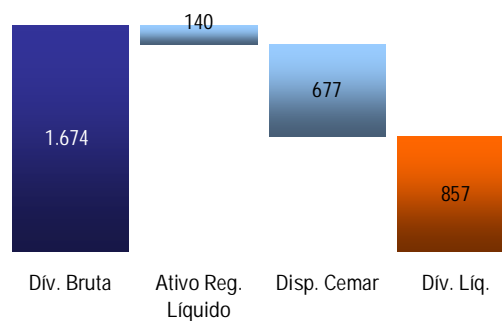
Ao final do 1º trimestre de 2014, a CEMAR possuía R\$9,0 milhões de dívidas denominadas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos), sendo R\$3,6 milhões indexados a Libor e R\$5,4 milhões pré-fixados, o que representa 0,5% da dívida bruta total. Em função do baixo grau de exposição à variação cambial, a Companhia não possui nenhum tipo de *hedge* para proteção contra a desvalorização do Real frente ao Dólar.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$857 milhões no 1T14, uma redução de 1,5% em relação aos R\$ 870 milhões verificados no 4T13, a relação dívida líquida / EBITDA Regulatório manteve-se em 1,6x.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA Regulatório (Últ. 12 meses)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM) – 1T14



6. INVESTIMENTOS

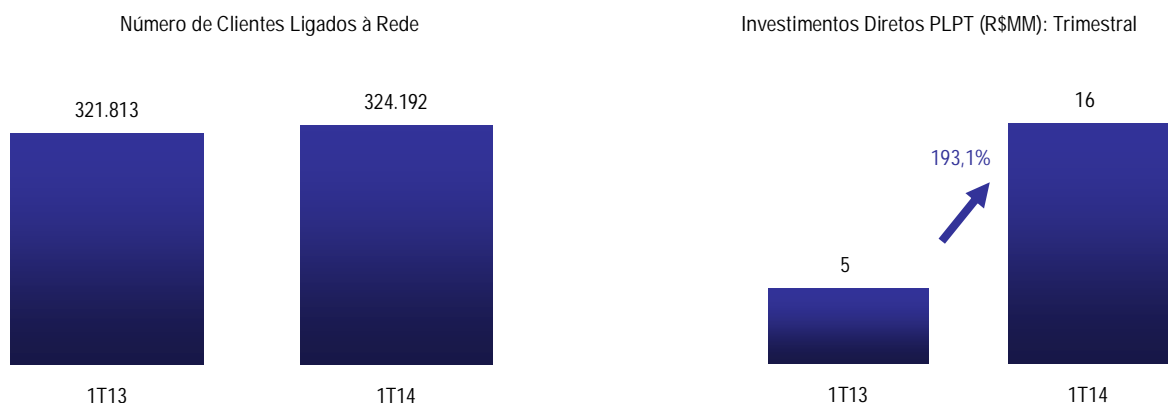
6.1. INVESTIMENTOS DA CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$63 milhões no 1T14, representando redução de 19,0% em relação ao 1T13.

	1T13	4T13	1T14	Var.
Manutenção da Rede	20	17	16	-20,2%
Expansão da Rede	52	70	34	-35,8%
Equipamentos e Sistemas	5	14	7	39,5%
Outros	0	2	6	N/A
	78	102	63	-19,0%

6.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 1T14, foi alcançada a marca de 324,2 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,6 milhão de habitantes no Estado do Maranhão. O PLPT já está presente em todos os 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 1T14, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$16 milhões, aumento de 193,1% em relação ao investimento realizado no mesmo trimestre do ano anterior.



7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221, que dispõe sobre a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica e incorridas no período de fevereiro a dezembro de 2014, cabendo à CCEE contratar as operações de créditos bem como gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Foi provisionado o valor de R\$ 90 milhões referente à competência de fevereiro e março de 2014 para a Companhia.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da Ernst & Young, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da CEMAR e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores
Thomas Newlands
Analista de Relações com Investidores
Renato Parentoni
Analista de Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607
E-mail: ri@ceamar-ma.com.br
Website: www.ceamar-ma.com.br

AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Considerações acerca dos critérios contábeis:

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), a partir das informações financeiras revisadas.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ Mil)	1T13	4T13	1T14
RECEITA OPERACIONAL	626.423	686.408	631.616
Fornecimento de Energia Elétrica	514.710	553.178	507.553
Suprimento de Energia Elétrica	24.776	6.887	27.152
Encargo de Capacidade Emergencial	(1.386)	(1)	1.154
Receitas de Construção	80.938	105.337	85.468
Outras Receitas	7.386	21.007	10.289
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(137.470)	(150.668)	(141.495)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	488.954	535.740	490.121
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(300.299)	(305.320)	(325.268)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(272.178)	(195.713)	(320.602)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(11.205)	(10.779)	(11.435)
Custos de Construção	(80.938)	(105.337)	(85.468)
Recuperação de despesa (CDE)	65.077	7.442	93.169
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(1.056)	(932)	(932)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(101.335)	(117.790)	(88.422)
Pessoal	(22.339)	(30.511)	(23.668)
Material	(1.773)	(10.100)	(3.320)
Serviço de Terceiros	(55.426)	(58.610)	(52.153)
Provisões	(17.785)	(11.333)	(5.745)
Outros	(4.011)	(7.237)	(3.537)
EBITDA	87.319	112.629	76.431
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(16.437)	(9.033)	(1.887)
Depreciação e Amortização	(22.669)	(29.175)	(29.917)
RESULTADO DO SERVIÇO	48.214	74.422	44.627
RESULTADO FINANCEIRO	(18.211)	(31.866)	(17.452)
Receitas Financeiras	31.808	34.321	40.662
Despesas Financeiras	(50.019)	(66.188)	(58.114)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	30.002	42.556	27.174
Contribuição Social	(727)	(5.276)	(8.531)
Imposto de Renda	(1.966)	(9.228)	(11.580)
Impostos Diferidos	(10.891)	179	11.030
Incentivo SUDENE	1.966	9.228	11.580
RESULTADO DO EXERCÍCIO	18.384	37.459	29.673

ANEXO 2 – COMPARATIVO DRE REGULATÓRIA X SOCIETÁRIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	1T13		1T13	1T14		1T14
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL	580.990	(116.443)	626.423	526.756	(66.076)	631.616
Fornecimento de Energia Elétrica	546.474	(31.764)	514.710	485.104	22.448	507.553
Suprimento de Energia Elétrica	28.516	(3.741)	24.776	30.209	(3.057)	27.152
Encargo de Capacidade Emergencial	(1.386)		(1.386)	1.154		1.154
Receita de Construção	-	(80.938)	80.938	-	(85.468)	85.468
Outras Receitas	7.386		7.386	10.289		10.289
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(137.081)	(389)	(137.470)	(141.487)	(8)	(141.495)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	443.909	(116.831)	488.954	385.270	(66.084)	490.121
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(209.894)	71.470	(300.299)	(174.157)	19.825	(325.268)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(262.710)	(9.468)	(272.178)	(254.959)	(65.643)	(320.602)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(11.205)	-	(11.205)	(11.435)		(11.435)
Custos de Construção	-	80.938	(80.938)	-	85.468	(85.468)
Recuperação de despesa (CDE)	65.077	-	65.077	93.169		93.169
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(1.056)	-	(1.056)	(932)		(932)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(101.335)	-	(101.335)	(91.831)	3.409	(88.422)
Pessoal	(22.339)	-	(22.339)	(23.789)	121	(23.668)
Material	(1.773)	-	(1.773)	(3.588)	268	(3.320)
Serviço de Terceiros	(55.426)	-	(55.426)	(55.157)	3.004	(52.153)
Provisões	(17.785)	-	(17.785)	(5.745)		(5.745)
Outros	(4.011)	-	(4.011)	(3.553)	16	(3.537)
EBITDA	132.680	(45.361)	87.319	119.281	(42.851)	76.431
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(16.437)	-	(16.437)	(1.887)		(1.887)
Depreciação e Amortização	(22.669)	-	(22.669)	(29.917)		(29.917)
RESULTADO DO SERVIÇO	93.575	(45.361)	48.214	87.477	(42.851)	44.627
RESULTADO FINANCEIRO	(24.375)	6.163	(18.211)	(7.971)	(9.481)	(17.452)
Receitas Financeiras	25.277	6.530	31.808	43.841	(3.180)	40.662
Despesas Financeiras	(49.652)	(367)	(50.019)	(51.812)	(6.301)	(58.114)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	69.200	(39.197)	30.002	79.506	(52.332)	27.174
Contribuição Social	(727)	-	(727)	(8.531)		(8.531)
Imposto de Renda	(1.966)	-	(1.966)	(11.580)		(11.580)
Impostos Diferidos	(10.891)	-	(10.891)	11.030		11.030
Incentivo SUDENE	1.966	-	1.966	11.580		11.580
RESULTADO DO EXERCÍCIO	57.581	(39.197)	18.384	82.005	(52.332)	29.673

Abaixo, é possível observar a abertura das contas que compõem os ajustes no Fornecimento de Energia feitos no 1T13 e 1T14.

AJUSTES FORNECIMENTO DE ENERGIA	1T13	1T14
Ativo Baixa Renda	6.555	-
PLPT - Programa Luz pra Todos	(5.182)	-
CVA Constituição Rede Básica	(4.088)	-
CVA Constituição Compra Energia	32.422	(24.708)
CVA Constituição Encargos Serviços Sistema	-	339
CVA Constituição CDE	(458)	157
CVA Constituição Financeira	6.194	(630)
CVA Amortização sobrecontratação	-	4.515
CVA Amortização Outros	915	1.332
TOTAL FORNECIMENTO	36.357	(18.996)

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	1T 13	2T 13	3T 13	4T 13	1T 14
CIRCULANTE	914.845	1.084.987	1.162.193	1.292.445	1.322.180
Disponibilidades e aplicações financeiras	227.539	463.956	585.168	731.688	676.688
Consumidores e Revendedores	486.434	485.425	460.150	461.535	458.547
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(57.477)	(58.025)	(64.840)	(67.584)	(65.064)
Estoques	15.867	14.265	13.658	10.314	9.263
Impostos a Recuperar	54.346	49.557	51.285	56.705	50.697
Baixa Renda	33.728	38.179	35.786	30.113	35.611
Pagamentos Antecipados	5.888	6.258	3.807	3.505	4.022
Depósitos Judiciais	23.911	23.908	21.729	22.770	21.679
Serviços Prestados	52.312	47.078	39.020	31.044	34.668
Recuperação de custos de energia e encargos	65.077	7.802	11.168	4.689	90.482
Outros Créditos a Receber	7.219	6.586	5.262	7.665	5.586
NÃO CIRCULANTE	2.489.728	2.534.718	2.325.860	2.323.123	2.357.277
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.016.315	1.032.110	683.216	726.972	745.663
Consumidores e Revendedores	65.266	60.054	78.604	81.192	80.827
Impostos a Recuperar	48.940	42.706	44.504	34.828	32.276
Depósitos Judiciais	160.075	160.186	10.428	9.015	9.015
Créditos Fiscais Diferidos - IR/C/SLL	324	19.114			
Ativo Financeiro Indenizável	734.295	742.665	542.461	595.199	615.993
Outros Créditos a Receber	7.416	7.384	7.219	6.738	7.552
PERMANENTE	1.473.412	1.502.608	1.642.644	1.596.151	1.611.614
Investimentos	221	221	221	221	221
Intangível	1.473.191	1.502.387	1.642.423	1.595.930	1.611.393
TOTAL DO ATIVO	3.404.573	3.619.705	3.488.054	3.615.568	3.679.457

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	1T 13	2T 13	3T 13	4T 13	1T 14
CIRCULANTE	749.192	681.725	599.293	591.107	665.102
Fornecedores	276.722	201.439	164.211	181.620	259.809
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	11.410	10.770	11.745	9.229	9.917
Dividendos a pagar	76.816	76.816	76.816	38.115	38.114
Tributos e Contribuições Sociais	39.621	51.050	45.261	49.946	53.276
Empréstimos e Financiamentos	202.399	185.596	164.866	158.551	168.008
Debêntures	10.154	102	5.432	5.974	11.680
Taxa de Iluminação Pública	19.947	20.401	21.657	23.403	21.553
Provisão para Contingências	32.451	41.536	31.731	39.775	31.931
Receita diferida subvenção CDE	-	20.375	3.115	-	-
Eficientização	23.546	15.668	18.715	16.473	20.457
Outros	56.126	57.973	55.744	68.021	50.357
NÃO CIRCULANTE	1.410.801	1.613.834	1.507.778	1.643.403	1.603.624
Tributos e Contribuições Sociais	31.654	31.155	30.487	34.310	50.103
Débitos fiscais e diferidos IR/C/SLL	-	-	23.921	27.635	-
Debêntures	287.473	290.038	291.044	294.085	298.513
Empréstimos e Financiamentos	880.028	1.093.081	1.106.004	1.232.717	1.195.872
Provisão para Contingências	188.540	178.162	36.778	31.963	38.486
Eficientização	15.575	15.575	15.575	20.650	20.650
Outros	7.531	5.823	3.968	2.043	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.244.579	1.324.146	1.380.982	1.381.058	1.410.731
Capital Social	618.550	618.550	618.550	618.550	618.550
Reservas de Capital	674	674	674	674	674
Reservas de Lucro	606.971	606.971	606.971	761.834	761.834
Lucro/Prejuízo acumulados	18.384	97.951	154.788	-	29.673
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.404.572	3.619.705	3.488.054	3.615.568	3.679.457

ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS (R\$ Mil)	1T13				1T14			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	172	381	7.791	8.344	175	215	8.606	8.996
Tesouro Nacional	172	381	7.791	8.344	175	215	8.606	8.996
MOEDA LOCAL	9.028	192.818	872.237	1.074.084	3.154	164.464	1.187.266	1.354.884
Eletrobrás	5.418	59.504	349.509	414.431	0	67.061	293.343	360.404
Instituições Financeiras	3.610	133.314	522.728	659.652	3.154	97.402	893.923	994.479
Dívida com Fundo de Pensão	0	0	0	0	-	-	-	-
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	9.200	193.199	880.028	1.082.428	3.329	164.679	1.195.872	1.363.880
Debêntures	10.154	-	287.473	297.627	11.680	-	298.513	310.193
TOTAL DA DÍVIDA	19.354	193.199	1.167.501	1.380.055	15.009	164.679	1.494.384	1.674.072

C.P. = Curto Prazo

L.P. = Longo Prazo

ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA (R\$Mil)	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Caixa Inicial	477.982	482.629	227.539	463.956	585.168	731.688
FC das Atividades Operacionais						
Lucro Líquido	149.786	18.384	79.567	56.836	37.459	29.673
(+) Despesas Não Caixa	85.967	71.389	(48.267)	139.231	107.028	52.590
Variações Ativas	(76.596)	12.888	128.658	123.022	26.420	(32.959)
Variações Passivas	75.488	(47.003)	(43.827)	(194.297)	38.456	58.557
(=) FC das Atividades Operacionais	234.646	55.658	116.131	124.793	209.363	107.861
FC das Atividades de Investimento						
Atividades de Investimento Próprias	(229.849)	(57.854)	(55.589)	(48.463)	(215.546)	(154.922)
Investimentos	(145.570)	(85.457)	(76.896)	(60.109)	(231.983)	(123.405)
Almoxarifado de Investimento Próprio	12.785	822	(2.754)	8.155	10.483	(34.597)
Outras Variações do Imobilizado Próprio	(97.065)	26.782	24.061	3.490	5.955	3.080
Atividades de Investimento PLPT	(48.773)	(3.919)	(7.602)	(8.483)	(13.742)	9.689
Investimentos	(49.964)	(3.844)	(9.292)	(9.416)	(13.883)	(19.018)
Almoxarifado de Investimento PLPT	1.191	(76)	1.690	933	141	28.707
(=) FC das Atividades de Investimento	(278.622)	(61.773)	(63.191)	(56.946)	(229.288)	(145.233)
FC das Atividades de Financiamento						
Atividades de Financiamento Próprias	36.750	(233.078)	187.744	1.348	128.357	(12.390)
Empréstimo e Financiamento	130.304	(233.078)	187.744	1.348	128.357	(12.390)
Dividendos Pagos	(93.554)	-	-	-	-	-
Ajuste no PL (Lei 11.638/2007)	-	-	-	-	-	-
Atividades de Financiamento PLPT	11.881	(15.898)	(4.266)	52.018	38.088	(5.238)
(=) FC das Atividades de Financiamento	48.631	(248.976)	183.478	53.365	166.445	(17.629)
(=) FC do Período	4.655	(255.091)	236.418	121.212	146.520	(55.000)
Caixa Final	482.637	227.539	463.956	585.168	731.688	676.688